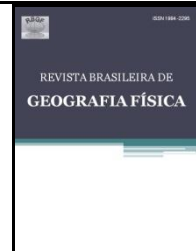




# Revista Brasileira de Geografia Física

Homepage: [www.ufpe.br/rbgfe](http://www.ufpe.br/rbgfe)



## Território e territorialidades: dimensões constitutivas da relação homem e meio ambiente

Hugo Arruda de Moraes<sup>1</sup>

<sup>1</sup>Doutor em Geografia pelo Programa de Pós-graduação em Geografia da Universidade Federal de Pernambuco (PPGEO-UFPE), Pesquisador do grupo de pesquisa Movimentos Sociais e Espaço Urbano (MSEU-DCG-CFCH-UFPE). E-mail: hugo.geografia@yahoo.com.br (autor correspondente).

Artigo recebido em 09/11/2017 e aceito em 24/02/2018

### RESUMO

Este artigo possui como objetivo central apresentar algumas questões teóricas referentes ao debate em torno do território e das territorialidades como dimensões constitutivas do homem com o meio ambiente. Como o território e as territorialidades são fruto da inter-relação e da interação entre atores sociais e o meio ambiente físico e social, as ideias ora apresentadas buscam colocar em destaque o papel desses dois conceitos como componentes para a compreensão de como a sociedade se organiza, como também abrirá espaço para o debate em torno do papel dos sujeitos no controle de suas próprias ações referentes ao seu espaço de vida. A metodologia para a elaboração deste texto consistiu no uso da hermenêutica, sobretudo por ser um importante instrumento de interpretação do conteúdo dos textos utilizados. O principal resultado deste artigo foi apresentar uma perspectiva teórica, a partir da Geografia Italiana, do território como produto das relações sociais estabelecidas entre os sujeitos no processo de apropriação do meio ambiente. O que permite entender as territorialidades como um conjunto de práticas sociais para a compreensão da produção e das disputas territoriais, permitindo estudos futuros referentes ao território e às territorialidades.

Palavras-chave: territorialidade ativa, autonomia territorial, saber ambiental, geografia italiana.

## Territory and territorialities: constitutive dimensions of the relationship between the man and the environment

### ABSTRACT

This article aims at presenting some theoretical questions concerning the debate around the territory and the territorialities as constitutive dimensions of the relationships between man and environment. As the territory and territorialities are the result of the interrelationships and interactions between social actors and the physical and social environment, the idea presented here is to highlight these two concepts as components for understanding how society is organized, but also will open space for the debate around the role of the subjects in the control of their own actions in their space. With regard to the methodology, we used hermeneutics procedure, especially because it is an important instrument for interpreting the content of the texts. The main result of this article is to present a theoretical perspective, from the Italian Geography, about the territory as a product of the social relationships established between the people in the process of appropriation of the environment. This allows us to understand the territorialities as a set of social practices for understanding the production and territorial disputes, allowing future studies concerning the territory and the territorialities.

Keywords: active territoriality, territorial autonomy, environmental knowledge, italian geography.

### Introdução

O propósito central deste texto é apresentar de forma sucinta algumas questões teóricas referentes ao debate em torno do território e das territorialidades como dimensões

constitutivas do homem com o seu meio ambiente. Tal reflexão é fruto de apontamentos feitos a partir das leituras e atividades realizadas durante o Estágio de Doutorado Sanduíche na Università degli Studi di Bologna, na Itália, durante o

período de Julho/2015 a Março/2016, que culminaram na tese de doutoramento, intitulada: Territórios, territorialidades e discursos em torno dos projetos de assentamentos rurais em Passira-PE: uma análise discursiva do processo de inclusão socioterritorial das famílias assentadas. Esta tese é fruto, também, das atividades realizadas no âmbito de uma das linhas de investigação do grupo de pesquisa Movimentos Sociais e Espaço Urbano (MSEU) do qual o autor faz parte como pesquisador e militante.

O objetivo central deste trabalho é apresentar elementos conceituais que possibilitem uma sólida e profunda abertura para discussões acerca do território enquanto um produto social da relação (ou de uma trama de relações) homem e meio ambiente (físico e social) (Dematteis e Governa, 2005), mas, principalmente, enquanto construção histórica, fruto de processos co-evolutivos, humanos e ambientais (Magnagui, 2010). Tais concepções permitirão compreender as territorialidades como construções sociais que se dão por meio de um conjunto de ações e práticas dos sujeitos coletivos locais nos – e a partir dos – seus próprios territórios de vida e existência (Dematteis, 2005).

Nessa perspectiva, apresentar uma discussão, ainda que no âmbito puramente teórico do território e das territorialidades, colocará em destaque o papel desses dois conceitos como componentes para a compreensão de como a sociedade se organiza, como também abrirá espaço para o debate em torno do papel dos sujeitos no controle de suas próprias ações referentes ao seu espaço de vida.

Para tal, a estrutura do texto foi elaborada de maneira a, primeiramente, colocar a ideia geral do texto, a partir da reflexão da relação entre território e espaço (primeira seção); depois, faremos um debate em torno do território como produto social da relação homem e meio ambiente (segunda seção); em seguida, apresentaremos uma discussão em torno da noção de territorialidade e territorialidades ativas como uma construção social que se dá por meio de um conjunto de ações e práticas dos sujeitos coletivos locais no território (terceira e quarta seções); depois, apresentamos a concepção de territorialidades ativas como forma de atuação participativa do sujeito na construção do território (quinta seção); em seguida, tecemos comentários com relação à concepção de territorialidades como aquisição de saber ambiental (sexta seção) e, por último, tecer comentários com relação às dimensões constitutivas da relação homem e meio ambiente, a partir da capacidade do sujeito de transformar o seu território (última seção).

Do ponto de vista do método da construção do escrito ora apresentado, utilizamos da hermenêutica como recurso teórico-metodológico, uma vez que possibilita a interpretação de textos que tratam do tema, permitindo com isso compreender o conteúdo central repassado nos textos analisados.

### **A relação indissociável entre território e espaço**

Para pensar o território enquanto produto da relação homem e meio ambiente e, conseqüentemente, a territorialidade como um conjunto de ações acerca do processo de apropriação da realidade, se faz necessário, preliminarmente, chamar a atenção para o fato de não buscarmos uma dicotomia entre espaço *versus* território.

Partimos de um posicionamento teórico-metodológico – e até ontológico – de compreender o espaço geográfico como uma realidade anterior ao território, mas que ambos estão dentro de um processo indissociável de práxis do homem sobre a natureza, na constituição de objetos geográficos. Para tal, partimos de uma concepção do espaço como afirmava Santos (2008, p. 63):

O espaço é formado por um conjunto indissociável, solidário e também contraditório, de sistemas de objetos e sistemas ações, não considerados isoladamente, mas como quadro único no qual a história se dá. [...] Os objetos não têm finalidade filosófica, isto é, não nos permitem o conhecimento, se os vemos separados dos sistemas de ações. Os sistemas de ações também não se dão sem sistemas de objetos. Sistemas de objetos e sistemas de ações interagem.

Esse ponto de vista de ser o conjunto de objetos e ações dos elementos que compõem o espaço geográfico é de fundamental importância para a reflexão buscada aqui, uma vez que entendemos o território como realidade (i)material e técnica que interage e é composto como um produto social de ações diversas na constituição de objetos geográficos.

Outros autores, refletindo sobre o mesmo tema, trouxeram uma abordagem que enfatiza a necessidade de entender o *espaço geográfico* para se compreender o *território*. Ambos são conceitos distintos epistemológica e ontologicamente, mas não são separados.

Saquet (2011, p. 22) centra seus argumentos na tentativa de mostrar que há uma unidade entre espaço e território, a partir da perspectiva de unidade entre “sociedade-espaço-tempo, natureza-território”. O grande destaque

dessa concepção é a noção do território como uma construção social, histórica e relacional do espaço. É no processo de produção e apropriação do espaço geográfico que se dá o arranjo territorial. “Sociedade-espaço-tempo, natureza-território” cujos elementos não são indissociáveis, mas estão em unidade, como instâncias do real articulado. Por isso, o território é fruto da construção social do espaço; com caráter objetivo e subjetivo.

Daí por que o território é fruto das desigualdades, dos conflitos, das identidades, dos embates, das permanências no espaço. Isso possibilita pensar que a mudança nas territorialidades faz com que se mude o processo de construção social do espaço e o próprio território:

[...] o território é construído socialmente, tanto objetiva como subjetivamente, a partir das territorialidades historicamente condicionadas. Como as territorialidades mudam em cada relação espaço-tempo, altera-se também o território, contendo os aspectos do passado, comuns e diferentes em relação a outros territórios, ou seja, o território substantiva-se por meio de desigualdades, diferenças, identidades, mudanças e permanências socioespaciais (Saquet, 2011, p. 23).

Observamos que espaço e território não são sinônimos, pois são distintos epistemologicamente, mas não podem ser analisados de forma separada. Não se pode pensar em território e desprezar o espaço geográfico, como também não é concebível pensar em objetos e ações separados de relações de poder (Raffestin, 1993). Ter ambos sem entender as várias relações sociais e multidimensionais dos sujeitos na sua construção é, no mínimo, cair num erro de análise.

Ao mesmo tempo em que não são conceitos e categorias equivalentes, o território é visto como produto de um processo de apropriação (i)material de sujeitos no espaço, que é anterior. É resultado de uma série de ações de atores sintagmáticos – que criam sentidos. Relações que se cristalizam no território. Nas palavras do autor:

O espaço é portanto anterior, preexistente a qualquer ação. O espaço é, de certa forma, ‘dado’ como se fosse uma matéria-prima. Preexiste a qualquer ação. [...] Evidentemente, o território se apoia no espaço, mas não é espaço. É uma produção, a partir do espaço. Ora, a produção, por causa de todas as relações que envolve, se inscreve num campo de poder (Raffestin, 1993, p. 144).

Tomando como referência a citação acima feita, cabe pensar também o território como um espaço que passa a ter um valor de uso. Ou seja,

dentro dessa concepção, o espaço geográfico é um produto e reflexo de ações de sujeitos num processo inseparável de construção de objetos, por meio de relações de poder. Ao mesmo tempo, as ações e práticas dos sujeitos podem levar a processos de uso e apropriação do espaço, constituindo-o em território. E no caso específico, em “*território usado*”.

Nesta perspectiva, para Santos (2000, p. 3), o espaço geográfico não é e nem pode ser visto como sinônimo de território, mas como um “*território usado*”, uma categoria, a partir da concepção de “*espaço banal*”. Este é o espaço das inter-relações entre vários atores sociais, em suas necessidades, lutas e conflitos diários, anseios, etc.

Olhar para o espaço dentro da concepção de “*território usado*” é buscar compreendê-lo num todo complexo entre vários sujeitos sociais, no qual se tecem tramas de relações complementares e conflituosas no seu processo de construção: “*O território usado constitui-se como um todo complexo onde se tece uma trama de relações complementares e conflitantes*” (Santos, 2000, p. 3).

Por isso, no processo de apropriação do espaço e da constituição do mesmo em território, o sujeito projeta o trabalho por meio de energia e informação, sendo o território uma produção a partir do espaço: “O território, nessa perspectiva, é um espaço onde se projetou um trabalho, seja energia e informação, e que, por consequência, revela relações marcadas pelo poder. [...] território se apoia no espaço, mas não é o espaço. É uma produção, a partir do espaço” (Raffestin, 1993, p. 143).

Segundo o autor, nesta mesma página, escreveu que cada ator social se apropria e usa o espaço de acordo com as suas intenções, marcando-o como um campo de forças. Essas relações concretizam a existência do território e se constituem como carregadas de poder: “Ora, a produção, por causa de todas as relações que envolve, se inscreve num campo de poder”.

Nesse sentido, o território vai revelar um conjunto de intenções e os projetos de diversos atores. Nele, criam-se práticas e sistemas de relações multidimensionais que se materializam. A construção da realidade territorial se dá como uma apropriação e, posteriormente, um uso efetivo do espaço. Daí o seu caráter relacional e conflituoso, já que, dentro de um sistema de ações, o território envolve vários tipos de atores multilaterais e diversos. Essa relação entre espaço e poder também pode ser vista em Claval (1979). Para este autor, analisar o poder é uma tarefa das ações do homem para modificar o meio e

sobreviver nele. O poder é um fenômeno social central na organização social. Ambas as noções são centrais no estudo da organização da sociedade.

Com isso, o território é um reflexo de relações de dominação, passando a ser um “trunfo”, uma conquista para atores sociais que se apoiam e se posicionam no espaço e se apropriam desta dimensão importante da vida dos homens (Raffestin, 1993), sem a qual não existiria a sociedade. Uma apropriação que se dá com ações, conteúdos e cognição, em que o poder se constitui como motor.

### **Território como produto social da relação homem e meio ambiente**

Na perspectiva apontada anteriormente, o território resulta de conteúdos, processos e relações em conflito que compõem o espaço, o que faz desta dimensão não somente um dado natural, mas, simultaneamente, um produto social do acontecer histórico da sociedade. Tal posicionamento coloca o território como um elemento primeiro e não secundário visando à investigação da realidade espacial, permitindo tê-lo como um recurso complexo constituído de várias dimensões (Raffestin, 1993). Fato que permite a possibilidade de se fazer uma análise centrada no processo de desenvolvimento socioeconômico e cultural da sociedade, ou seja, a partir da dimensão territorial: “[...] studiamo il territorio, che esso vada considerato como un elemento primario e non un elemento derivato nei processi di sviluppo socio-economico e culturale” (Dematteis, 2005, p. 10).

Por isto, este mesmo autor coloca o território como realidade (i)material e técnica dando significado às “tramas de relações sociais” presentes na sua constituição. Tais concepções permitem uma leitura do território a partir do processo de “territorialização” dos atores no espaço. Neste sentido, o território é um espaço modelado, construído por sujeitos em constantes embates e “tramas”, tornando-se um produto no qual o poder está presente (Raffestin, 1993). Com isso, as territorialidades, em suas várias escalas, não são dadas, mas construções que ligam uma multiplicidade de níveis territoriais e de quadros sociais, culturais e de poder (Dematteis, 2005).

Essa perspectiva permite fazer uma reflexão em torno da possibilidade de ser o território um produto social da relação (ou de uma trama de relações) do homem com o meio ambiente no curso da sua vida e existência no mundo, carregando e refletindo processos culturais, econômicos e políticos da sociedade,

como também permitindo a construção de novas relações.

Arelado a esse raciocínio, Magnaghi (2010) apresenta o território com base na abordagem territorialista. Esta abordagem centra o debate no território, a partir de três sistemas de relações: “ambiente natural”, “ambiente construído” e “ambiente antrópico” (Magnaghi, 2010), os quais, em seu conjunto articulado, representam a complexidade do ambiente dos homens.

Para este geógrafo italiano, o território é um produto da relação homem e meio ambiente, a partir de uma construção histórica e em processos co-evolutivos, humanos e ambientais. Tal perspectiva permite-nos a realização de uma leitura da realidade espacial colocando o território como sendo um “neocossistema”, ou seja, um espaço fruto da ação do social e cultural do homem no meio. Nessa perspectiva, o território é fruto do agir social do sujeito no espaço “[...] *una costruzione delicata e preziosa dell’agire sociale*” (Turco, 2013, p. 31). O que faz da territorialidade a capacidade do homem de modelar o espaço. Qualidade que permite a construção de paisagens, lugares e novos ambientes na Terra.

Em seu livro “*Il progetto locale: verso la coscienza di luogo*”, Magnaghi (2010) deixa claro a questão de que a abordagem territorialista se afasta da perspectiva de caráter puramente ambientalista, ou seja, não coloca a questão da sustentabilidade como centralidade, mas antes, passa a vê-la como elemento pensado a partir do território. Tal perspectiva apresentada por este mesmo autor possibilita pensar a sustentabilidade somente ligada a qualidade ambiental por si só, mas na busca de uma relação virtuosa entre *sustentabilidade ambiental, social, territorial, econômica e política*, entre outras. Não se pode pensar um problema de qualidade ambiental isolando as relações que existem entre a sociedade e o meio social (*milieu*).

A reflexão acima retomada permite pensar, segundo o mesmo autor acima referenciado, o território pela relação estabelecida entre cultura, natureza e história. Em sendo assim, “L’approccio territorialista si discosta perciò dalla parzialità dell’approccio ambientalista (che assume il punto di vista dell’ambiente naturale come epicentro normativo della sostenibilità) nel momento in cui riferisce la sostenibilità dello sviluppo al territorio intenso come neocossistema prodotto dall’uomo”.

Nesse sentido, o meio ambiente é pensado a partir do território, como sendo fruto da articulação intrínseca entre os ambientes físico e antrópico, passando este a ser visto como um

produto social e inseparável do sistema sociocultural, econômica e natural. Por isso, o território constitui, decerto, o meio ambiente do homem e deve ser pensado a partir dessa diversidade de relações sociais, culturais, econômicas, políticas e ambientais estabelecidas entre sociedade e natureza: “[...] ed è pertanto nella valorizzazione del pluriverso di culture che si apre la strada per salvare l'ambiente dell'uomo” (Magnaghi, 2010, p. 73).

As reflexões acima também abrem espaço para afirmar que qualquer análise do território deve colocá-lo como lugar portador de capital e identidade (Dematteis e Governa, 2005), dando às territorialidades centralidade a partir da interação e da junção entre sociedade e meio ambiente. O território não deve ser visto dentro de uma visão naturalista, mas a partir da relação entre capital, identidade e meio ambiente.

Ao fazer uma leitura do território a partir da territorialidade configurativa (“*La territorialità configurativa*”), outro autor italiano, apresenta-o como um espaço de vida, de ação e de consciência do sujeito. Ou seja, da prática cultural e da memória dos indivíduos. Por isso, é no território que se dá a construção de relações de identidade e de pertencimento. Uma vez que essas são qualidades que se exercitam e se vive permanentemente:

(Identità) Che non è un atributo, si capisce, una connotazione data una volta per tutte, ma una conquista permanente. In quanto tale, l'identità non si possiede, ma si esercita: è, di nuovo, tanto un'evocazione del passato quanto un'anticipazione del futuro (Turco, 2013, p. 33).

Por isso, a identidade territorial é uma condição simbólica onde o sujeito tem consciência do que é, a partir de seu território:

[...] l'identità territoriale è un operatore semantico attraverso il quale viene assicurata la coerenza simbolica tra ciò che siamo, ciò che siamo stati e ciò che saremo (Turco, 2013, p. 33).

Dentro dessa perspectiva, o território deriva de uma ação coletiva dos sujeitos locais no meio ambiente. Estes são portadores de consciências e dotados de capacidade de ação, o que permite fazer da realidade espacial uma construção social, a partir da interação entre as dimensões material e imaterial inerentes aos ambientes natural e antrópico, o que, na verdade, refere-se ao território como uma totalidade complexa. Nesse sentido, um território não é só material, mas também, é história, cultura, identidade, símbolos e ambiente (Governa, 2005).

## **A noção de Territorialidade como componente para compreender a sociedade e sua relação com o meio ambiente**

O esquema teórico-conceitual que apresentamos até o presente momento parte da perspectiva de entender o território como um produto social da relação entre sujeito e meio ambiente. Neste processo, as territorialidades se constituem em um conjunto de ações e práticas dos sujeitos coletivos locais no território, delimitando-os e possibilitando ou apontando caminhos para a compreensão de como a sociedade se organiza no espaço, isto é, no seu espaço, transformando-o perpetuamente em território.

Por territorialidade, compreendemos o agir social exercido a partir da mediação simbólica, cognitiva e prática. É uma intenção mediadora de organização territorial. Ou seja, é um conjunto de relações, comportamentos e ações de sujeitos em frações da realidade (Raffestin, 1993).

Conforme aponta este mesmo autor, a territorialidade compreende a relação tridimensional entre sociedade-espaço-tempo. Para Saquet (2011), o território existe a partir de uma simultaneidade de temporalidades e territorialidades. O que pode ser visto a partir do processo de produção e apropriação do espaço em que se dão os processos de territorialização-desterritorialização-reterritorialização (T-D-R).

Como argumenta ainda este mesmo autor, diferentes territórios apresentam diferentes territorialidades e temporalidades de seus sujeitos. Nesse sentido, se o espaço é um constituinte do território, então este é produzido espacialmente a partir de territorialidades que se estabelecem no uso e apropriação social do espaço:

O espaço geográfico tem um valor de uso, um valor de troca e é elemento constituinte do território, também, política e simbolicamente. Espaço e território são processos indissociáveis de nossa vida cotidiana (Saquet, 2011, p. 25).

Nessa perspectiva, o território é fruto da territorialização num determinado tempo e espaço, por vários grupos. Onde cada grupo social tem suas formas de se territorializar no espaço e, ao mesmo tempo, é influenciado pelo território.

O processo de territorialização é um movimento historicamente determinado; é um dos produtos socioespaciais do movimento e das contradições sociais [...] No território, há temporalidades e territorialidades, des-continuidades; múltiplas variáveis, determinações e

relações recíprocas e unidade. É espaço de vida, objetiva e subjetivamente (Saquet, 2011, p. 25).

É importante destacar que não é um vínculo simples entre o sujeito e o espaço, antes é uma relação conjunta e complexa da realidade espacial com os vários atores agindo, simultaneamente, em conflito e interação. Isso a torna um fenômeno social, não sendo um objeto, mas uma relação de troca de energia e informação. Também, não é, reiteramos mais uma vez, um mero dado físico e material (Raffestin, 1993).

Daí por que as territorialidades são as práticas que usam e delimitam o espaço, a partir de recortes do espaço. Tais recortes possibilitam a formação de nós e a construção de redes: “Toda prática espacial, mesmo embrionária, induzida por um sistema de ações ou de comportamentos se traduz por uma produção territorial que faz intervir tessitura, nó e rede” (Raffestin, 1993, p. 150). Nessa perspectiva, o território é um conjunto de relações, de redes, de comunicação, dominação, identidade (Saquet, 2011).

Assim, a territorialidade é apontada como multidimensional e inerente à vida social. O que se realiza a partir, sobretudo, das relações de mediação entre os indivíduos em seus territórios:

[...] territorialidade adquire um valor bem particular, pois reflete a multidimensionalidade do "vivido" territorial pelos membros de uma coletividade, pelas sociedades em geral. Os homens "vivem", ao mesmo tempo, o processo territorial e o produto territorial por intermédio de um sistema de relações existenciais e/ou produtivistas (Raffestin, 1993, p. 158).

É importante que fique claro que a territorialidade não é uma relação simples com o espaço, mas entre sujeitos na sua realidade. Num cotidiano e na interação local dos outros atores:

A territorialidade se inscreve no quadro da produção, da troca e do consumo das coisas. Conceber a territorialidade como uma simples ligação com o espaço seria fazer renascer um determinismo sem interesse. É sempre uma relação, mesmo que diferenciada, com os outros atores (Raffestin, 1993, p. 161).

A ação social do sujeito no espaço é uma condição para novas possibilidades, dentre as quais se destaca a linguagem como componente da construção territorial.

A “linguagem do território” (“linguaggio del territorio”) se manifesta a partir da experiência territorial. Essa linguagem incorpora o conteúdo e os planos de experiência do sujeito no (e a partir do) território:

[...] la profondità dell’esperienza territoriale, si manifestano comunicativamente e possono fare ciò in modi assai diversi, ma tutti confluenti in (veicolati da) un ‘linguaggio del territorio’ di cui deve essere riconosciuta la specificità e dunque il linguaggio del territorio incorpora un piano del contenuto e un piano dell’espressione (Turco, 2013, p. 27).

Ainda na visão deste último autor, a linguagem do território permite que a territorialidade tenha a sua essência no campo da hermenêutica, de processos semióticos e da comunicação:

Ciò significa che la territorialità è nella sua essenza un campo ermeneutico, un proceso semiotico nel corso del quale i codici possono essere generati o distrutti, assunti all’interno di una certa normatività comunicativa, scambiati attraverso transizioni metaforiche, permutati attraverso procedimenti più o meno sofisticati di transcodifica (Turco, 2013, p. 27).

Nesse sentido, a territorialidade é constitutiva do território na medida em que o sujeito tem o controle intelectual de suas ações no espaço. Mas também, passa a observar o seu entorno e fazer um grande esforço para compreendê-lo. São essas observações da realidade que possibilitam o entendimento das ações no território, a partir dos sentidos e das representações:

Il controllo intellettuale ha a che fare con i significati del mondo: come si vede, come si percepisce con ‘tutti’ i sensi, come si rappresenta (Turco, 2013, p. 29).

Dessa forma, a palavra passa a ser um elemento da territorialidade, porque confere uma aproximação intelectual do sujeito com o território, após a sua observação:

Se il primo fare è un comprendere, l’appropriazione intellettuale è l’atto originario che conferisce a ciò che à dato, lo ‘spazio naturale’, un valore antropologico e lo rende per tale via un artefatto, ossia un ‘un territorio’ (Turco, 2013, p. 29).

Por isso, as territorialidades são caminhos que permitem a compreensão das relações humanas. Criando, inclusive, a construção das representações, imagens e refletindo as intenções dos sujeitos no espaço, por meio da comunicação. Possibilitando, também, o entendimento das percepções, dos sentidos e das ações coletivas, conflituosas e mediadas por um sistema simbólico.

A territorialidade é, portanto, uma soma de relações “bio-sociais”, é dinâmica, simétrica,

dissimétrica e multiescalar. É o lado da vida do homem no seu existir, a “face vivida” do poder:

Cada sistema territorial segrega sua própria territorialidade, que os indivíduos e as sociedades vivem. A territorialidade se manifesta em todas as escalas espaciais e sociais; ela é consubstancial a todas as relações e seria possível dizer que, de certa forma, é a “face vivida” da “face agida” do poder (Raffestin, 1993, p. 161).

Dessa forma, entender a organização da sociedade no espaço é entender as diversas formas de territorialidades, as quais se estabelecem de forma material e imaterial e entre homens e seus contextos históricos e geográficos: “Eis por que relações reais realocadas no seu contexto socio-histórico e espaço-temporal” (Raffestin, 1993, p. 162). Nessa perspectiva, entende-se a territorialidade como uma mobilização capaz de ser construtiva da realidade material: “Le trasformazioni materiali della superficie terrestre rispondono a tre imperativi fondamentali: la produzione, l’insediamento, la mobilità” (Turco, 2013, p. 29).

Em trabalho mais recente do que *Per Una Geografia del Potere*, reafirma-se a concepção de que todo território implica numa territorialidade possível. Ao mesmo tempo, cada novo recorte espacial é constituído a partir de certas relações culturais.

Ogni nuovo territorio implica l’esistenza di una territorialità e di possibili trasgressioni, perché l’esistenza di un territorio e di una territorialità è legata ad una cultura e ad un atteggiamento e dunque ad un insieme di relazioni che costituiscono una territorialità (Raffestin, 2009, p. 22).

Nessas relações, espaço e tempo permitem que a territorialidade evolua num ritmo diferente para cada território:

Ciò significa che un territorio è di solito imperfetto: è una concretizzazione non compiuta per l’effetto delle scale di spazio e di tempo che fanno sì che la territorialità si sviluppi ad un ritmo differente da quello del territorio (Raffestin, 2009, p. 22).

Ao mesmo tempo em que o território não é contemporâneo à territorialidade, já que é constantemente restruturado de acordo com o desenvolvimento de novas ações. Por isso que, na mesma página, escreveu o outro que “Una cosa importante da dire è che il territorio non è mai contemporaneo della territorialità che vive si svolge. In modo continuo, il territorio è ristrutturato per permettere lo sviluppo delle nuove forme di territorialità”.

Por isso, a territorialidade é constituída pela relação estabelecida historicamente dos indivíduos com o ambiente físico e social do qual fazem parte, a partir do seu tempo, num processo claro de busca constante pela conquista da autonomia possível no território: “La territorialità è costituita dall’insieme delle relazioni che una società intrattiene con l’ambiente fisico e l’ambiente sociale per soddisfare i suoi bisogni con l’aiuto di mediatori, in previsione di ottenere la più grande autonomia possibile” (Raffestin, 2009, p. 22).

Nesse sentido, a territorialidade vai exprimir a relação entre grupos humanos e seu ambiente. Ao mesmo tempo, que é fluida, plural e tem uma situação espaço-temporal (Saquet, 2011). O que torna o território diferente do espaço são as territorialidades cotidianas, as relações estabelecidas entre os grupos por meio do poder, trabalho e linguagem (Raffestin, 1993).

Uma perspectiva bastante próxima da de Raffestin é a apontada por Governa (2005), ao apresentar uma concepção de território como constitutivo de fenômenos e de atividades humanas, centrando seu debate em torno do desenvolvimento local. O conceito e as interpretações em torno do território e das ações dos atores locais no seu processo de transformação colocam esse conceito como categoria de análise e, ao mesmo tempo, operativa em torno do debate.

Nesta sua abordagem, o território é apropriado por sujeitos em suas territorialidades ativas. Segundo, portanto, esta perspectiva, faz-se necessário analisar o território e suas dimensões, a partir da interpretação dos sistemas locais de governança e das ações territoriais:

[...] facciamo ormai parte della ‘scatola degli attrezzi’ delle scienze sociali per l’interpretazione dei sistemi locali e delle azioni di governance che si realizzano al loro interno, spesso le politiche urbane e territoriali appaiono rivolte al raggiungimento di obiettivi del tutto avulsi dal riferimento al territorio in cui e su cui agiscono. Il territorio rimane cioè una dimensione e nascosta, anche perché non è mai del tutto esplicitato il significato complesso e polisemico di questo concetto (Governa, 2005, p. 43).

Nesse caminho, para esta mesma autora, “territorialità umana” constitui um componente central para se entender a relação sociedade-espaço-território, uma vez que se tornam um conjunto de ações e práticas dos sujeitos (coletivos e locais) em torno do processo de uso e apropriação do território. Desse modo, a territorialidade é apontada como um fenômeno de

comportamento associado à organização do espaço geográfico, conectando as características do território ao comportamento dos indivíduos (Quadro 1). É válido destacar que este quadro

esquemático serve de guia para conduzir estudos futuros referentes ao território e às territorialidades a partir do que se acabou de colocar.

Quadro 1. Síntese da concepção de território e territorialidade em Francesca Governa

<b>Compreensão de território</b>
<ul style="list-style-type: none"> <li>- Produto social constituído pelas ações humanas;</li> <li>- Como produtor de desenvolvimento;</li> <li>- Lugar de ações de sujeitos; e delimitado por essas ações;</li> <li>- Patrimônio comum valorizado;</li> <li>- É um espaço das relações transescalares; Local de verticalidades e horizontalidades;</li> <li>- É um espaço multidimensional;</li> </ul>
<b>Compreensão de territorialidade</b>
<ul style="list-style-type: none"> <li>- É uma construção social que se dá por meio de um conjunto de ações e práticas dos sujeitos coletivos locais no território;</li> <li>- É o que delimita os territórios;</li> <li>- Componente para entender/compreender como a sociedade se organiza;</li> <li>- Características: identidade espacial, exclusividade e comportamento;</li> <li>- Ações multiescalares e multidimensionais;</li> </ul> <p>Retoma a concepção de C. Raffestin:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>a) Territorialidade como produção, consumo e trocas;</li> <li>b) Relação sujeito e espaço gerando conflito e interação;</li> <li>c) Relação de mediação entre sujeitos, num processo de uso e delimitação de espaços; por meio da relação sociedade-espaço-tempo;</li> </ul> <p>O sujeito é visto como um agente local que é transformador;</p> <p>As territorialidades que geram autonomia e governança dos sujeitos locais são vistas como “<i>territorialidades ativas</i>”.</p> <p>Autonomia é a capacidade do sujeito construir o seu próprio território, por meio de resistências, práticas, dominação e autogoverno;</p>

Com isso, a territorialidade torna-se uma expressão geográfica do poder social, do controle e da estratégia espacial para o domínio de recursos de uma área e sobre a natureza. Sendo fruto da interação entre homem e espaço, permite que o território seja organizado e influenciado por comportamentos e ações dos indivíduos. Processo que conduz a territorialidade, segundo Governa, (2005), a três características bem distintas: “*identità spaziale, esclusività e compartimentazione*” (Governa, 2005, p.45).

Tal concepção coloca a análise das territorialidades dentro do quadro local, passando pela ideia de lugar como possibilidade de desenvolvimento, a partir da transformação imposta pelo próprio sujeito. Nessa perspectiva, o território é visto como um lugar portador de capital e identidade (Dematteis, 1995; 2005). O território e a territorialidade ganham centralidade

a partir da interação e da junção entre sociedade e meio ambiente (Dematteis, 2005).

Ao mesmo tempo, Governa (2005), corroborando com a concepção já apontada por Raffestin (1993), coloca a territorialidade humana não como um vínculo simples entre sujeitos e o espaço, mas como uma relação conjunta destes sujeitos, dentro de ações de conflito e interação: “*La territorialità umana, quindi, non è data dal semplice legame di un soggetto sociale con lo spazio, ma deriva dalla relazione congiunta con lo spazio e con gli altri soggetti sociali*” (Governa, 2005, p. 45). O que permite a ocorrência do processo de territorialização e (re)organização do território de forma contínua.

A autora está em concordância não só com o pensamento de Raffestin, mas também com as concepções de Dematteis (2005) ao apontar a territorialidade como um movimento do

permanente existir dos sujeitos. Uma existência que passa pela estruturação do ambiente físico-natural em território, numa interação do sujeito com o seu local de vida. Com isso, o lugar é visto como um desafio, uma oportunidade, uma construção, entre o homem e o meio físico entre a sociedade e a natureza. Nesse sentido, passa a ser uma dimensão espacial, ao mesmo tempo em que permite construir a realidade espacial e territorial, a partir da interação entre o material e o imaterial (Dematteis, 2005).

Também, para este mesmo autor, o território e a territorialidade ganham centralidade a partir da junção entre sociedade e meio ambiente. A ação humana é uma forma de

interação entre os sujeitos e seu “milieu locale”, num processo de coesão sociocultural e ambiental:

[...] una concezione di territorio che inserisce queste componenti socio-culturali in una più ampia visione sistêmica, comprendente tutte le altre componenti che nel corso della storia naturale e umana hanno variamente dotato i luoghi di risorse specifiche (Dematteis, 2005, p. 10).

Nessa relação entre sociedade e natureza, a noção de território como um “recurso” é justificada já que a própria territorialidade, como um componente das relações socioculturais e ambientais, existe como ações e práticas dos sujeitos locais no seu território de vida (Dematteis, 2005) (Quadro 2).

Quadro 02 – Síntese da concepção de território e territorialidade em Giuseppe Dematteis

<b>Compreensão de território</b>
<ul style="list-style-type: none"> <li>- Produto social da relação (ou de uma trama de relações) homem e meio ambiente (físico e social); É fruto de ações coletivas dos sujeitos locais;</li> <li>- É um recurso com dimensões sociais, culturais, econômicas, políticas e ambientais;</li> <li>- É um espaço das relações transescalares; Local de verticalidades e horizontalidades;</li> <li>- É realidade material e imaterial;</li> <li>- É um lugar de vida, de relações cotidianas dos sujeitos;</li> <li>- É portador de capital, identidade social (local) e de patrimônio material e imaterial;</li> <li>- É um espaço para desigualdades, das identidades, das redes, dos fluxos, dos conflitos;</li> <li>- É o espaço da organização política dos sujeitos locais;</li> </ul>
<b>Compreensão de territorialidade</b>
<ul style="list-style-type: none"> <li>- Conjunto de ações e práticas dos sujeitos locais no território;</li> <li>- Ações que geram identidades;</li> <li>- Ações que são estratégicas e de cooperação;</li> <li>- Ações que possibilitam autonomia e governança;</li> </ul>

Governa (2005) também destaca as territorialidades como capazes de delimitarem o espaço, materializando os projetos, as intenções e as vontades dos vários sujeitos, a partir de seus vários níveis escalares e extralocais de atuação. O território é o lugar da ação e as territorialidades são o conjunto dessas práticas no espaço. Daí por que se apresentam como (i)materiais e fruto de relações “transcalari, multitemporali e multicentriche”, em que o Estado-nação constitui um ator que atua na construção dos recortes territoriais por meio de suas territorialidades e que vão desde o nível local e nacional e dos demais sujeitos por meio de ações conjuntas de “de-Morais, H.A.de

territorializzazione e ri-territorializzazione” ao nível mais local (Governa, 2005). Por isso, o poder é multidimensional, ocorrendo em várias esferas da sociedade, sendo iminente a qualquer relação social. O que permite afirmar que este está ou se mantém em relações *transescalares, transterritoriais e transtemporais* (Raffestin, 1993). O que permite afirmar que as territorialidades estão presentes nas relações cotidianas em várias escalas (Saquet, 2011).

Com isso, as territorialidades ligam uma multiplicidade de escalas territoriais, de quadros sociais e culturais de indivíduos, organizações e atores nas suas relações de poder. Isso permite

que a territorialidade contemporânea seja analisada em níveis mais complexos e a partir de três processos: a) a dinâmica temporal, a qual faz referência ao passado para servir de base a novas transformações; b) a dinâmica espacial, que dá novos significados e novas práticas ao uso do espaço e a c) dinâmica da ação política, que dá importância à construção social de novos territórios.

Daí por que, segundo ainda Governa (2005), cada ator social, Estado, Empresa, ONG, famílias, pequenas comunidades, têm suas territorialidades, ou seja, seus modos de ação no espaço. Passando o território a ser uma construção social múltipla, fruto das práticas coletivas, possibilitando, inclusive, a construção de novos espaços a partir de embates por diferentes territorialidades.

Isso permite que as mudanças nas dimensões das territorialidades no processo de globalização afetam diversas perspectivas de se olhar o território. A territorialidade dentro do contexto socioespacial de um mundo globalizado pode ser interpretada a partir de lógicas escalares diversas. Nessa concepção, o território não entra como simples espaço de localização de fenômenos e atividades, mas como espaço multidimensional:

Non solo quindi la dimensione fisica e spaziale, fra il singolo e il tutto, ma anche la dimensione politica, dei valori, degli interessi, della capacità di comportamento collettivo. In questo modo, la dimensione territoriale non già come semplice spazio di localizzazione di fenomeni e attività, ma come connessione fra la dimensione identitaria, la dimensione politica, la dimensione economica, la dimensione simbolica e di mobilitazione sociale, la dimensione temporale (Governa, 2005, p. 54).

O que faz com que o território não seja fruto de ações que se estabelecem em escala a nível nacional, mas também por meio de relações locais, numa dimensão mais cotidiana, enquanto espaço de vida dos sujeitos. Passando a ser visto a partir de interações múltiplas, não só física, espaço-temporal, mas também de políticas, valores, interesses, comportamentos coletivos e das identidades locais (Governa, 2005). O que, para esta autora, valoriza o território e a territorialidade local como condições para a

*Morais, H.A.de*

existência dos sujeitos na sua realidade e do reconhecimento de aspectos diversos: econômico, político-institucional, cultural, ambiental e de construção de identidade e do ponto de vista de governança territorial. O que justifica a concepção de Dematteis (2005) de que os sistemas territoriais podem se dar em vários níveis de escalas, tanto locais como regionais e planetárias.

### **As territorialidades ativas**

A concepção de territorialidades ativas toma por base a contribuição de Governa (2005). Para esta autora italiana, o sujeito local atua como um “attore territoriale”, a partir de relações multiescalares e multidimensionais com outros. Portador de práticas e consciência, e tendo como referência suas identidades, encontra lógica e respaldo para justificar suas ações, no próprio território de existência, tornando-se um construtor:

I soggetti locali sono cioè pensati in relazione alle azioni, cioè come portatori di un'intenzionalità che torva??? la sua logica nel riferimento al territorio. Essi agiscono come portatori di pratiche e di conoscenze, 'costruttori' di territorio e di nuove logiche di riferimento identitario ai luoghi (Governa, 2005, p. 54).

Daí por que o território local, para a autora, é uma “construção social” que deriva da mobilização de grupos, de ações coletivas, por meio de interesses, interações, confrontos, cooperação e conflitos.

Essa perspectiva está muito próxima da apontada por Dematteis (2005). Este autor, ao falar de territorialidades, afirma serem ações que permitem interações dos sujeitos em seus lugares, a partir de processos de cooperação, confiança, ajuda mútua, etc. O que faz com que o território se apresente como uma oportunidade de construção, um lugar de vida e de uma série de relações sociais que possibilitam interações:

[...] il luogo non è più assunto come una realtà data, rigidamente individuabile e delimitabile sulle carte, ma come un divenire possibile, un costrutto sociale che deriva dalla interazione fra i soggetti e le componenti, materiali e immateriali, del territorio (Dematteis, 2005, p. 21).

Assim, a noção de “comunità” ganha atenção e se valoriza, como também, a concepção de lugar passa a ser vista como uma unidade do

território, a partir da noção de patrimônio e identidade: “Particolarmente interessante sono, a questo riguardo, sia il dibattito Internazionale sul concetto di luogo (lieu, place), sia le riflessioni che portano a considerare il territorio in termini patrimoniali e identitari” (Dematteis, 2005, p. 21).

Turco (2013) aproxima-se dessa concepção ao falar de territorialidade, principalmente, ao enfatizar ser esta constituída de dois momentos: o “constitutivo” e o “configurativo”.

Nesse sentido, a territorialidade “constitutiva” está ligada à ação simbólica do sujeito no território. Enquanto isso, a territorialidade “configurativa” tem relação com a formação de uma consciência da realidade territorial:

Un momento costitutivo, nel quale si mettono in piedi gli elementi di base dell’agire territoriale: le tessiture organizzative, le fondamenta materiale e l’armatura simbolica della territorialità. Un momento configurativo, nel quale la territorialità assume conformazioni assiologiche, evocative o testimoniali, rivolte all’interiorità umana – individuale e collettiva – gli stati all’animo, ai desideri d’azione, alle molte declinazioni della coscienza della realtà terrestre (Turco, 2013, p. 24).

A territorialidade constitutiva compreende, portanto, uma forma de ação simbólica a qual pode ser traduzida em como o sujeito entende o mundo que o cerca. Enquanto que a territorialidade configurativa refere-se a uma forma de ação que remete a sentimentos de pertencimento, de identificação com o território.

O território não é fruto somente das ações globais/exógenas, mas também é fruto das ações e das práticas locais dos sujeitos que ocupam o território local. Estes passam a ser lugares “emergentes”, não sendo simplesmente espaços de localização e dinâmica global ou nacional. Mas, como territórios “insurgentes” frente à economia, às redes globais ou nacionais, constituindo uma “nuova geografia della resistenza” (Governa, 2005). São desses territórios que surgem identidades locais com potenciais processos de mudanças.

Daí fundamenta-se a concepção de territorialidade ativa, ou seja, a partir de sujeitos

ativos, com ações coletivas e de identidades locais.

A territorialidade ativa está ligada, portanto, à capacidade do sujeito coletivo, por meio de suas ações e comportamento, no uso e apropriação do espaço, construir identidades locais e um projeto novo para o território:

[...] della forma della territorialità porta cos’è interrogarsi sulla capacità/possibilità dei soggetti di forgiare la propria identità attraverso una azione di tipo territoriale; sul processo attraverso cui un’azione territorializzata, cioè territorialmente radicata o ancorata, sia in grado di costruire identità territoriale e soggetti attivi; e, ancora, sul progressivo slittamento dalla logica dell’appartenenza passiva e data a un certo luogo verso la logica progettuale e attiva, in cui l’identità territoriale si costruisce nell’azione collettiva dei soggetti locali (Governa, 2005, p. 55).

De acordo, portanto, com esta mesma autora, o entendimento da “geografia da territorialidade” não acontece pela descrição do espaço, mas das práticas e da utilização dos recursos presentes no espaço pelos sujeitos que o produzem. Dessa forma, a territorialidade ativa torna-se a capacidade de valorização dos recursos presentes no espaço e dos atores que constroem o território, através de suas estratégias e dos alcances de autonomia local.

Compreendemos que é dessa perspectiva de territorialidade ativa que se pode pensar em autonomia do sujeito local, ou seja, na capacidade do sujeito ter controle do processo de construção do seu território, o que possibilita novas relações com o meio ambiente. Numa perspectiva bem próxima da já apontada por Raffestin (1993, p. 160), apreendemos a territorialidade como uma ação do sujeito no espaço, visando à autonomia:

[...] a vida é tecida por relações, e daí a territorialidade poder ser definida como um conjunto de relações que se originam num sistema tridimensional sociedade-espaço-tempo em vias de atingir a maior autonomia possível, compatível com os recursos do sistema.

Autonomia no sentido de garantia de condições econômicas, políticas e culturais. Mas, acima de tudo, como conservação da identidade de uma coletividade, na possibilidade de escolhas

e na capacidade de dominação do território (Raffestin, 1993).

Segundo este mesmo autor, o verdadeiro desenvolvimento no território é aquele que leva à autonomia e à verdadeira liberdade:

Il est vrai que le Brésil avec le parti des travailleurs est sur la bonne voie, surtout avec le développement des politiques publiques, mais le problème est moins l'accès à la quantité qu'à la qualité des services. Etant entendu qu'il y a encore beaucoup de problèmes pour l'accès à la quantité. Le véritable développement réside dans la croissance de l'autonomie: l'autonomie étant la capacité de faire des choix. Peut-être est-ce la vraie liberté. Quelle est l'autonomie d'un paysan du Nord-Est brésilien? Quels choix libres peut-il faire? Je ne réponds pas à la question car vous y répondrez beaucoup mieux que moi. Il y a un autre moyen de juger du développement qui est une forme de raisonnement marginaliste: c'est de se dire qu'on ne vaut pas plus que le plus maltraité de la collectivité: si je suis un riche carioca, je ne vaudrais pas plus que le plus pauvre des bidonvilles. Mais en général on ne se pose pas ces questions...car elles dérangent. Le réel développement c'est lorsque la réalité est au niveau de la statistique... (Raffestin, 2013, p. 178).

Para Governa (1997), essa autonomia refere-se à capacidade intrínseca de se estabelecer relações de dominação e resistência no território, possibilitando: 1. a “Tomada de Lugar” como relações que levam o indivíduo ao controle da sua realidade; ou seja, ao controle das forças externas de dominação; e 2. o “Poder Dominante” enquanto capacidade de construção e resistência.

Numa correlação ou numa composição de forças, de práticas, de processos e de relações de poder:

[...] l'autonomia locale è vista come composizione delle forze, delle pratiche, dei processi e delle relazioni di potere, costituita però non solo dalle forze, dalle pratiche, dai processi e dalle relazioni di potere dei 'controllori', ma anche dei 'controllati' (cioè del resisting power) (Governa, 1997, p. 57).

Essa argumentação em torno da autonomia apresenta-a como a capacidade intrínseca de relações de dominação e estratégias de resistência dos sujeitos em seus territórios locais, possibilitando definir processos de “auto-organizzazione” e “autoregolazione”,

controlando e respondendo, através das práticas sociais, culturais e políticas, os estímulos externos ao território, mantendo a própria identidade territorial:

Autonomia locale, quindi, come capacità dell'auto-organizzazione e autoregolazione, controlando, rispondendo e ridefinendo endogenamente, attraverso specifiche pratiche sociali, culturali e politiche, gli stimoli e le perturbazioni provenienti dall'esterno; di mantenere la propria identità territoriale; di elaborare, secondo le proprie esigenze e la propria normatività, le regole [...] (Governa, 2005, p. 58).

A territorialidade se torna ativa de fato quando conduz o sujeito local à capacidade de construir o seu próprio território, possibilitando novas ações e territórios autogeridos. Esta perspectiva de territorialidade ativa muito se aproxima da concepção de territorialidade de Alberto Magnaghi. Em *Il progetto locale*, ele aponta as territorialidades como relacionais e processuais, pelo que as ações dos sujeitos locais podem criar novos territórios, em uma direção da autogestão, do autogoverno e da autonomia (Magnaghi, 2010).

### **Territorialidades ativas e o saber ambiental e discursivo**

Magnaghi (2010) nos apresenta uma perspectiva de territorialidade dentro da abordagem territorialista, ou seja, no âmbito de uma sustentabilidade focada no meio ambiente do homem, a partir das concepções de produção territorial e produção de territorialidades (Quadro 3). Como já afirmamos, esse posicionamento teórico apresenta-nos o território como uma produção fruto da relação homem e meio. Essa perspectiva é interessante na medida em que coloca o território como um sistema vivo e os sujeitos locais como uma coletividade capaz de participar e produzi-lo, a partir de suas territorialidades (Magnaghi, 2010, p. 97), numa relação sociedade e natureza capaz de determinar novos usos, práticas, tecnologias e saberes ambientais e históricos. Desse modo, a territorialidade tem um papel fundamental na construção do território como “il luogho come patrimonio”.

Quadro 3. Síntese da concepção de território e territorialidade em Alberto Magnaghi

<b>Compreensão de território</b>
<p>- Pensa num <i>modo de produção do território</i></p> <p>- Território como produto da relação homem e meio ambiente; O território é construído historicamente, em processo co-evolutivos, humanos e ambientais.</p> <p>- Território como um “neoecossistema”; espaço fruto da ação dos sujeitos locais;</p> <p>- O Território é uma relação dos sujeitos com a natureza, a cultura e a história. Sendo constituído por três dimensões ou sistema de relações: “ambiente natural”, “ambiente construído” e “ambiente antrópico”</p> <p>- O território vai conter a natureza enquanto patrimônio: “<i>patrimonio territoriale</i>”.</p> <p>- A perspectiva de sustentabilidade não está ligada a qualidade ambiental por si só, mas na busca de uma relação virtuosa entre <i>sustentabilidade ambiental, social, territorial, econômica, política</i>, entre outras.</p> <p>- Processo de produção do território a partir de duas perspectivas:</p> <ol style="list-style-type: none"> <li>a) Identidades Locais historicamente construídas no lugar; Destaca que o território pode ser pensado a partir de identidades locais (l’identità de lunga durata), fruto do processo de territorialização, ou seja, das formas de territorialidades e da interação entre os sujeitos e o meio ambiente. O lugar não é visto como local de das relações somente afetivas com o espaço, mas de processos e de profundidade histórica que atuam com força identitária na existência do indivíduo e da coletividade, influenciando os processos cognitivos, linguísticos, perceptíveis e sensoriais;</li> <li>b) Sociedade Locais Ativas (società locale) com capacidade de autogestão; O território aqui passa a ser pensado a partir da capacidade dos sujeitos se tornarem ativos no processo de construção do território passando a cuidar e participar do processo de valorização do ambiente e do seu território.</li> </ol> <p>A abordagem territorial deve está centrada nos habitantes locais e na sua capacidade de autogovernança e organização. O desenvolvimento não pode ser ações que usam os recursos econômicos locais sem inserir a população como participante do processo.</p>
<b>Compreensão de territorialidade</b>
<p>As territorialidades estão dentro de um processo de produção.</p> <p>Territorialidade é vista aqui dentro de dois aspectos:</p> <ol style="list-style-type: none"> <li>a) Como novas formas de mediação, relação social, prática e cognição dos sujeitos nos seus locais de vida;</li> <li>b) Possibilidade de construção de um “novo território”.</li> </ol> <p>- Aponta as territorialidades como ações que conduzem:</p> <ol style="list-style-type: none"> <li>a) Autogestão/ Autogoverno                      Perspectiva de pensar o sujeito como um agente com capacidade de produção social do território. O sujeito passa a ser protagonista da reconstrução dos valores territoriais, dentro de uma nova relação entre comunidade e território.                      O sujeito local deve ser promotor do desenvolvimento.</li> <li>b) Consciência de lugar                      Consciência, individual e coletiva, material e relacional, do valor patrimonial como um bem de toda a comunidade territorial. Concepção de pertencimento ao lugar.</li> </ol> <p>- Perspectiva de territorialidade com um caráter político organizacional.</p>

Essa argumentação traz o território como o local de vida e atuação dos sujeitos. O território é um “soggetto vivente” (Magnaghi, 2010, p. 97), é fruto da interação de longa duração entre o homem e o ambiente. Isso faz do território um produto “coevolutivo”, fruto da ação ao longo do

tempo, de transformação contínua. Essa perspectiva se aproxima da concepção de território como uma relação entre homem, nas suas relações culturais, econômicas e políticas, e o meio ambiente. Dessa forma, o território passa a ser resultado de ações ligadas ao ambiente, como

fatores das ações coletivas, das tecnologias, da cultura, da identidade (Dematteis, 2005).

Há uma perspectiva relacional quando se afirma que o território é um produto organizado a partir das relações dos indivíduos e de suas várias dimensões existenciais. Não se pode pensar o território separando o sistema sociocultural, econômico e natural. Como meio ambiente do homem, o território deve ser pensado a partir da diversidade de relações sociais, culturais, econômicas, políticas e ambientais que o homem estabelece com o seu meio: “ed è pertanto nella valorizzazione del pluriverso di culture che si apre la strada per salvare l'ambiente dell'uomo” (Magnaghi, 2010, p. 73).

Trata-se, então, de uma perspectiva de pensar a produção territorial e as territorialidades a partir das: 1. identidades locais e das 2. sociedades ativas.

Segundo o autor, a identidade do território, denominada de “l'identità di lunga durata”, se dá a partir da individualização de um lugar, o que é produto histórico das relações entre sociedade e natureza. Fruto do processo de territorialização, ou seja, das formas de territorialidades e da interação entre os sujeitos e o meio ambiente. E por meio do processo de reorganização, transformação e nova dinâmica do e no território acontece que os indivíduos acumulam e depositam sua própria “sapienza ambientale”.

Questa indivisione richiede di leggerre i processi di formazione del territorio nella lunga durata per reinterpretarne invarianti, permanenze, sedimenti materiali e cognitivi in relazione ai quali produrre nuovi atti territorializzanti. Ogni ciclo di territorializzazione, riorganizzando e trasformando il territorio, accumula e deposita una propria sapienza ambientale, che arricchisce alla conservazione e alla riproduzione dell'identità territoriale attraverso le trasformazioni (distruttive e ricostruttive indotte dalla peculiarità culturale del proprio progetto di insediamento) (Magnaghi, 2010, p. 75).

Dematteis (2005) chama atenção para o fato que a sustentabilidade, enquanto forma de saber ambiental, não pode ser somente ambiental. Além da conservação do capital natural do território, a sustentabilidade deve considerar o “capital territorial”. Ou seja, com a sustentabilidade ambiental, o desenvolvimento

local assume com real importância a sustentabilidade política ou “autosostenibilità”, fruto do autogoverno do sistema local.

O desenvolvimento local deve estar preocupado com a “autoriproduzione del sistema territoriale stesso”, ou seja, com a capacidade de conservação da própria identidade territorial e das mudanças derivadas das ações locais.

[...] oltre alla sostenibilità ambientale, assume particolare importanza la sostenibilità politica o autosostenibilità, derivante dai processi autoorganizzativi dei sistemi locali. Essa comporta non solo la già ricordata capacità di riprodurre il proprio capitale territoriale, ma anche e anzitutto l'autoriproduzione del sistema territoriale stesso, ovvero la capacità di conservare nel tempo la propria identità (nel senso di organizzazione interna) attraverso un continuo cambiamento derivante da innovazioni locali (Dematteis, 2005, p. 28).

Dessa forma, a massa territorial é constituída por um acúmulo histórico de atos territorializados de diversas naturezas. É esse processo histórico que indica no território “il valore del patrimonio territoriale” e “le sue peculiarità per gli usi futuri” (Magnaghi, 2010, p. 76). Essa individualidade do lugar pode ser vista pela paisagem que carrega em si uma permanência a qual, de acordo com o mesmo autor, na mesma página, escreveu: “[...] ne rafforza il paesaggio, ne connota l'unicità e le peculiarità prodotte dalle permanenze e invarianze”.

Essa reflexão permite ver o território com profundidades históricas, a partir de uma dimensão não só ambiental, mas também, temporal. Nesse sentido, enquanto lugar histórico, possuindo uma força identitária que atua profundamente na existência do individual e do coletivo, as ações dos sujeitos no território influenciam e são influenciados por processos cognitivos, linguísticos, perceptivos e sensoriais:

[...] il luogo come concetto storico, inscindibile dalla dimensione temporale ha una sua forza identitaria che interviene attivamente nella nostra esistenza individuale e collettiva – nei processi cognitivi, linguistici, percettivi, sensoriali – anche se sovente nelle forme latenti di una identità cachée di lungo periodo (Magnaghi, 2010, p. 76).

Tal perspectiva nos aproxima de Antelmi (2013) quando este apresenta o discurso como

uma forma de saber ambiental. Para o autor, o discurso, enquanto uso da linguagem, é uma prática social que se dá e mantém relações com o território:

[...] l'uso del linguaggio non è mai innocente, ed occorre pensare alle pratiche comunicative come ad attività che possono essere disgiunte dai territori e dal tempo in cui occorrono, cioè dal loro constesto geografico, socio-culturale e storico. poiché tali pratiche interessano ai attori (dagli organismi internazionali, al legislatore, dagli scienziati all'uomo della strada), e non sono lineari, bensì si intrecciano, sovrappongono, si intersecano e si modificano, preferiamo parlare di esse come di discorso (Antelmi, 2013, p. 150).

O discurso é uma palavra que indica trocas comunicativas, pronunciamentos cotidianos:

Discurso è una parola che usiamo correntemente, assegnando un solo generico e innocuo, per riferirci agli scambi comunicativi quotidiani, ai pronunciamenti di qualche oratore, talvolta per indicare qualche affermazione superficiale o inutile, infine per comprendere, sotto un unico segno, ciò che è stato detto o si dice in un determinato ambiente” (Antelmi, 2013, p. 150).

Nessa perspectiva, o discurso permite ao sujeito a capacidade de fazer e desfazer a realidade através da fala. Com isso, o controle sobre o discurso – o qual foi definido por Raffestin como linguagem – é o principal instrumento de afirmação e imposição de uma verdade, permitindo que o sujeito tenha a capacidade não apenas de reproduzir o que pensa sobre a realidade, mas de criar um novo contexto, a partir do que é dito e das ações que advêm desse discurso:

Ciò significa anche che, al pari di altre patriche, il discorso ha degli effetti: non riproduce, semplicemente, dei pensieri (credenze, ipotesi, descrizioni), ma contribuisce a creare realtà per il fatto stesso che circola, che è detto, oltre ad agire, ovviamente, sui soggetti che sono implicati (chi parla, chi è interpellato)” (Antelmi, 2013, p. 150).

Essa perspectiva é o fio condutor para novas análises do saber ambiental, principalmente na perspectiva ativa. O que complementa a ideia e discussão acerca do saber ambiental estimuladas por Leff (2009). Levantamos tal afirmativa, uma vez que quando Magnaghi (2010) aponta alguns critérios para a análise do território como lugar de

identidade local, cita: 1. uma análise centrada no entendimento das práticas que operam na territorialização local, ou seja, do processo de aquisição e saberes do ambiente local – e entendemos o discurso como uma dessas práticas –; 2. e nos valores e saberes do local, superando critérios de valores universais.

E aqui há um ponto crucial para se pensar as territorialidades enquanto ações ativas. Isso porque o território deve ser pensado na dimensão do sujeito e das suas identidades e ações locais. No seu caráter político, na atuação cotidiana e em novas formas de liderança da população em seu ambiente de vida:

[...] esso richiede nuove forme di protagonismo delle comunità insediate, poiché riabilitare e riabitare i luoghi significa nuovamente prendersene cura quotidiana da parte di chi ci vive, acquisendo nuove sapienze ambientali, tecniche e di governo [...] (Magnaghi, 2010, p. 79).

O próprio desenvolvimento enquanto ação deve ser um “movimento culturale”, por meio da aproximação dos indivíduos e da coletividade de seus saberes, de suas memórias e de suas culturas locais. É retomar o território à sua identidade local. Para este mesmo autor, portanto, pensar em qualquer ação política de desenvolvimento local sustentável, é pensar numa ação calcada no reconhecimento e valorização das identidades locais no território, mas, antes de tudo, num desenvolvimento da sociedade local, como participativo e ativo no seu lugar: “Per poter aver dei luogui è necessario sapere vedere, saperli riconoscere, saperne interpretare i valori, le regole riproduttive, l’identità profonda” (Magnaghi, 2010, p. 79).

Esta concepção apresenta a territorialidade centrada na valorização da sociedade local, num verdadeiro “fare società locale”. Esta passa a ser uma atuação cotidiana que é condição fundamental para a compreensão do território a partir da sociedade local. Caminho que permite aos sujeitos um cuidado e uma participação do processo de valorização do ambiente, passando a ser capaz de compreender o seu território, para depois atuar nele, a partir de novas ações.

Essa abordagem territorial de Magnaghi é, assim, centrada e muito próxima da de Governar ao apresentar os habitantes locais na sua

capacidade de autogovernança e organização. O sujeito passa a se inserir no território como participante, como construtor.

### Considerações finais

As ideias apresentadas aqui contribuem para construir um caminho teórico que nos faça entender melhor o território como sendo um produto/construção social, envolvendo uma série de comportamentos e ações dos sujeitos com relação ao seu ambiente de vida. Ao mesmo tempo, elas nos fazem entender que as territorialidades são práticas sociais chaves para a compreensão da produção e das disputas territoriais.

Como o território e as territorialidades são fruto da inter-relação e da interação entre atores sociais e o meio ambiente físico e social, esses sujeitos devem ser vistos como “atores territoriais” com “un’azione territorializzata” e capaz de “costruire identità territoriale” (Governa, 2005). Isso possibilita pensar as territorialidades como ações dos sujeitos locais capazes de construir novas formas de mediação, relação social, prática e cognição dos sujeitos nos seus locais de vida, possibilitando para isso a construção de um “novo território”. Estes mesmos autores apresentam uma concepção de territorialidade com forte caráter político e organizacional em favor da autonomia como elemento central na constituição do território. Para esse autor, a territorialidade, como ação e comportamento, pode levar os sujeitos locais a novas formas de interação e organização do território, por meio da capacidade de autogoverno ou autogestão do próprio ambiente de vida. Nesse sentido, a territorialidade constitui a capacidade de modificar o ambiente social em que se vive, transformando-o em território (Dematteis, 2005), o território dos homens e das mulheres no seu acontecer histórico permanente no mundo.

Por isso, o “autogoverno” é visto como uma perspectiva de territorialidade onde o sujeito local é um agente com capacidade de produção social do território, ou seja, que permite que este seja protagonista na reconstrução dos valores territoriais, dentro de uma nova relação entre comunidade e ambiente. O sujeito como ações de

“autogoverno” não é um mero habitante do território, mas “abitanti-produttori come protagonisti” (Magnaghi, 2010, p. 110). Daí por que o território deve ser visto como conteúdo, meio e processo (Dematteis, 2005).

O “autogoverno” é um novo sistema de governo no território, pelo que o próprio sujeito passa a ser promotor do desenvolvimento. Numa condição de ação social, onde o sujeito cria novas formas de valorização do “patrimônio territorial”, favorecendo novas ações de autogestão, de atividades locais, de cooperação: “Il processo può innescarsi favorendo lo sviluppo di attività microsociale, cooperative, comunitarie, autoorganizzate di reti locali di attori intorno a progetti di trasformazione” (Magnaghi, 2010, p. 111).

Essa compreensão possibilita ver o sujeito como uma coletividade que tem a capacidade de transformar seu território a partir de um projeto coletivo de ações: “L’interpretazione del sistema di governo del territorio come ambito complesso di trasformazione implica che il soggetto progettuale sia collettivo” (Magnaghi, 2010, p. 112). Isso leva a novas formas de socialização, com novos pactos sociais e maior capacidade de inovação e transformação do território a partir de condições socioculturais.

La nuova forma di socializzazione non vanno ricerca sulla difesa localista di ‘identità appartate’, ma in nuovi ‘patti sociali’ che scaturiscano dalla composizione sociale delle ‘genti vive’ di ogni luogo e che costruiscano nuove forme comunitarie collegate in modo innovativo e trasformativo ai modelli socioculturali e territoriali di lunga durata” (Magnaghi, 2010, p. 112).

Por isso, o território é o lugar da ação e a territorialização é esse conjunto de ações no espaço. Sendo essas territorializações que delimitam o espaço, materializando os projetos, as intenções e as vontades. Com isso, o território é um produto da territorialidade. É fruto das ações do sujeito, daí por que ele não pode existir antes da territorialidade.

Dessa maneira, as perspectivas ora consideradas para a análise apontam para as territorialidades como um conjunto de ações capazes de construir novas relações homem e meio ambiente, principalmente, quando os sujeitos locais passam a construir territórios autogeridos. É uma concepção de ver o território e

as territorialidades em movimento, contradição, em embates, com novas ideologias e criando identidades locais. Ou seja, dentro da perspectiva de um território com forte poder político e organizacional, possibilitando que o sujeito local passe a ser visto como parte integrante e pertencente (Governa, 2005).

Nesse sentido, a territorialidade como uma nova prática de democratização comunitária, possibilitando a construção da “coscienza di luogo” (Magnaghi, 2010, p. 133), a consciência individual e coletiva do lugar, é alcançada de forma material e relacional quando o indivíduo passa a se reconhecer como pertencente e participativo. Ou seja, quando este passa a ter uma nova relação com o meio ambiente.

### Agradecimentos

Agradecemos à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), pela concessão das bolsas de doutoramento e do estágio sanduíche junto à Università degli Studi di Bologna na Itália; bem como aos Professores orientadores da nossa tese, Cláudio Jorge Moura de Castilho e Elisa Magnani.

### Referências

- Antelmi, D., 2013. Le Legittimazioni discorse, in Turco, A. Governance Territoriale: norme, discorsi, pratiche. v. 80, Studi e ricerche sul territorio, Unicopli.
- Claval, P., 1979. Espaço e Poder. J. Zahar, Rio de Janeiro.
- Dematteis, G., 1995. Progetto Implícito: il contributo della geografia umana alle scienze del territorio. Franco Angeli, Milano.
- Dematteis, G., Governa, F., 2005. Territorialità, Sviluppo Locale, Sostenibilità: il modello Slot. Franco Angeli, Milano.
- Dematteis, G., 2005. Il territorio nello sviluppo locale: Il contributo del modelo SLOT, in Dematteis, G., Governa, F. Territorialità Sviluppo Locale, Sosteibilità: il modello slot. Franco Angeli, Milano.
- Governa, F., 1997. Il Milieu Urbano: l'identità territoriale nei processi di sviluppo, Franco Angeli, Milano.
- Governa, F., 2005. Sul ruolo attivo della territorialità di Francesca Governa, in Dematteis, G., Governa, F. Territorialità Sviluppo Locale, Sosteibilità: il modello slot. Franco Angeli, Milano.
- Leff, E., 2009. Saber ambiental. Sustentabilidade. Racionalidade. Complexidade. Poder. Vozes, Petrópolis.
- Magnaghi, A., 2010. Il Progetto Locale: verso la coscienza di luogo. Bollati Boringhieri, Torino.
- Raffestin, C., 1993. Por uma Geografia do Poder. Editora Ática, São Paulo.
- Raffestin, C., 2013. Entrevista feita com o geógrafo Claude Raffestin. Revista Movimentos Sociais e Dinâmicas Espaciais 2.
- Santos, M., 2000. O papel ativo da Geografia: um manifesto. Encontro Nacional de Geógrafos, Florianópolis.
- Santos, M., 2008. A Natureza do Espaço: técnica e tempo, razão e emoção. 4. ed.: Editora da Universidade de São Paulo, São Paulo.
- Saquet, M.A., 2011. Por uma Geografia das Territorialidades e das Temporalidades: uma concepção multidimensional voltada para a cooperação e para o desenvolvimento territorial. 1. ed. Outras Expressões, São Paulo.
- Turco, A., 2013. Governance Territoriale: norme, discorsi, pratiche. v. 80, Studi e ricerche sul territorio, Unicopli.